

CORREIO DO SERVIDOR

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação / Freepik



Projeto de Lei quer equiparar adoção à maternidade

Projeto de Lei garante licença remunerada para adotantes

Tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 1483/2026, de autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), que garante que pessoas que adotam crianças tenham licença remunerada igual à licença-maternidade, tanto no setor público quanto privado. Na prática, significa que os servidores continuariam recebendo o salário integral durante o período da licença e teriam garantia de estabilidade no cargo durante e após a licença, ficando protegidos contra qualquer tipo de discriminação por terem exercido esse direito. O texto também prevê punições aos empregadores caso o direito não seja respeitado. O projeto segue análise nas comissões antes de ir a votação em plenário.

163 mil vagas em concursos federais

A Lei Orçamentária Anual de 2026 prevê 163.802 vagas entre provimentos e novos cargos em órgãos federais. No Poder Executivo, estão previstos 79.872 provimentos e 75.509 criações; no Judiciário, 4.418 provimentos e 2.565 novos cargos; no Legislativo, 271 provimentos; no Ministério Público da União e CNMP, 357 provimentos; e na Defensoria Pública da União, 210 provimentos e 600 criações.

Divulgação



Trabalhadores da Ebserh de 13 estados entraram em greve

Greve na Ebserh completa uma semana

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgará na quarta-feira(8) o dissídio coletivo de greve da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública que administra hospitais universitários federais e emprega profissionais de saúde e administrativos. A paralisação ocorre desde 30 de março. O tribunal definirá reajustes, condições de trabalho e cláusulas sociais, e determinou 80% do efetivo mínimo nos hospitais, garantindo a continuidade dos serviços essenciais. Sindicatos reforçam a legalidade da greve e permanecem abertos à negociação.

Cumprimento do ACT 2026/2027

A decisão do TST terá impacto direto no funcionamento da rede de 45 hospitais universitários federais administrados pela Ebserh, que emprega cerca de 67 mil profissionais e atende milhões de pacientes pelo SUS. Os trabalhadores também aguardam o cumprimento do ACT 2026/2027, que prevê reajustes salariais, benefícios, condições de trabalho e outros direitos coletivos.

Piso para Médicos

Tramita na Câmara o PL 1547/2026, de autoria do deputado federal Vanderlan Alves (Solidariedade/CE), que institui piso salarial nacional para médicos, fixando remuneração mínima de R\$ 17 mil mensais para jornada de 20 h/semana, reajuste anual e incentivos para atuação em áreas carentes.

Piso para Dentistas

O deputado Vanderlan Alves (Solidariedade/CE) também protocolou na Câmara o PL 1546/2026, que institui piso salarial para cirurgiões-dentistas, fixando remuneração mínima de R\$ 12 mil mensais para jornada de 20 h/semana, com reajuste anual e incentivos para atuar em áreas de difícil provimento.

Piso Farmacêuticos

Também tramita na Câmara o PL 1545/2026, de autoria do deputado Vanderlan Alves (Solidariedade/CE), que institui piso salarial nacional dos farmacêuticos, fixando remuneração mínima de R\$ 8.500 mensais para jornada de 30 h/semana, com reajuste anual e diretrizes para adequação do setor público e privado.

Vagas na Marinha

Termina nesta quarta-feira(8) as inscrições para o concurso da Marinha do Brasil, voltado a candidatos de nível superior em áreas como engenharia, saúde, direito e tecnologia. A remuneração é de R\$ 9.663,60, e o processo inclui prova objetiva, teste físico e curso de formação de oficiais. Taxa de inscrição: R\$ 150, direto no site da Marinha.

Assembleia de RR

A Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) publicou editais de concurso com 226 vagas para níveis médio, técnico e superior em 36 cargos diferentes. Os salários chegam a R\$ 39.589,56. As inscrições vão até 6 de maio de 2026 e o certame será realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

Polícia Civil do DF

A Polícia Civil do Distrito Federal está com 150 vagas abertas para Delegado de Polícia, com salário inicial de R\$ 26.690,15 e jornada de 40h semanais. Exige graduação em Direito e mínimo de 3 anos de atividade jurídica ou policial. Inscrições do concurso vão até 27 de abril, pelo site do Cebraspe.



Assembleia da Bahia aprovou reajustes entre 10,2% e 22,1%

Reajustes salariais de servidores estaduais

Levantamento mostra medidas já adotadas pelos Governos em 2026

Andre Souza

O Distrito Federal e os Estados brasileiros têm se comportado de forma diferente em 2026 diante dos pedidos de reajuste salarial dos servidores públicos. Levantamento feito pelo Correio da Manhã mostra que, enquanto alguns governos já concederam aumentos ou ampliaram benefícios, outros ainda discutem propostas ou não apresentaram um reajuste geral para todo o funcionalismo.

Entre os estados que já anunciaram medidas, o Acre aumentou o auxílio-alimentação para R\$ 800. Alagoas aprovou reajuste linear de 6%, válido a partir de maio. Amapá concedeu 5,4% aos profissionais da educação e elevou em 50% o auxílio-alimentação dos servidores. Amazonas teve reajustes específicos, incluindo aumento de 12,13% para servidores da saúde e progressões funcionais. Na Bahia, os reajustes variam entre 10,2% e 22,1%, pagos de forma parcelada entre 2025 e 2026. Ceará aplicou reajuste total de 5% a ser concluído em maio. No Distrito Federal, aumentos vão de 3,5% para o quadro geral até 28,4% para as forças de segurança. O Espírito Santo aprovou reajuste linear de 4%, com início em julho. Maranhão teve de 10% para professores e outras categorias. Mato Grosso e Minas Gerais aplicaram Revisão Geral Anual de 5,4%, sendo o reajuste mineiro

retroativo a janeiro. O Pará aprovou aumento de 6% e a Paraíba anunciou reajuste linear de 10%. No Paraná, o reajuste de 5% passa a valer em maio. Pernambuco aumentou o vale-refeição em 9,09%. Piauí concedeu reajuste de 5,6% a partir de maio de 2026. No Rio Grande do Sul, o magistério recebeu 6,27%, retroativo a janeiro. Rondônia aplicou 5,5% aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa, além de outros aumentos para carreiras específicas. Roraima concedeu 5,04% em março. Santa Catarina aprovou reajuste de 5,4% para professores, retroativo a janeiro, além de aumentos de até 11% em outras categorias. Sergipe autorizou reajustes entre 4,26% e 7%. Tocantins aplicou Revisão Anual de 3,9% e aumentou o auxílio-alimentação.

Em negociação

Alguns estados ainda negociam reajustes. Goiás analisa proposta de 4,26%. Mato Grosso do Sul discute aumento de 3,81%, além de reajuste anterior de 5%. No Rio de Janeiro, o orçamento estadual permite o pagamento de parcelas restantes da recomposição salarial. No Rio Grande do Norte não há reajuste geral para todos os servidores, mas professores estaduais terão aumento de 5,4%. Em São Paulo, foi aprovado reajuste de 10% para as polícias, enquanto outras categorias seguem em negociação.